

---

*“Verás que o filho teu não foge à luta!”*  
*Comunismo e Nacionalismo em Porto Alegre (1945-1947)*

*Marisângela Martins\**

---

**Resumo:** No presente artigo, examino como a identidade nacional dialoga com outras identidades, considerando o exemplo dos militantes comunistas de Porto Alegre na metade da década de 1940 e orientada pelas perguntas: como o “ser comunista” se relaciona com o “ser brasileiro”? Haveria uma sobreposição de identidades? Nesse caso, qual viria em primeiro lugar? Assim, busco as representações que os referidos militantes elaboraram de si, enquanto comunistas e brasileiros, refletindo acerca da possível valorização de uma dessas maneiras de ser. O leitor verá que a forma desses agentes serem brasileiros acontecia por meio da imposição de uma “grade” de conceitos tipicamente marxista-leninista, revelando um estilo próprio de imaginar a nação e os assuntos a ela correlatos e demonstrando o quanto pode ser heterogêneo o modo como um grupo se identifica com seu país.

**Palavras-chaves:** Comunismo, nacionalismo, identidade.

**Abstract:** In the present article, I examine as the national identity dialogues with other identities, considering the example of the militant Communists of Porto Alegre in the half of the decade of 1940 and guided by the questions: how the “communist being” if relates with the “Brazilian being”? It would have an overlapping of identities? In this in case that, which would come in first place? Thus, I search the representations that cited the militant ones had elaborated of itself, while communist and Brazilian, and reflecting concerning the possible valuation of one in these ways to be. The reader will see that the form of these agents to be Brazilian happened by means of the imposition of a “grating” of concepts typically marxist-leninist, disclosing a style proper to imagine the nation and the subjects it related and demonstrating how much she can be heterogeneous the way as a group if identifies with its country.

**Key words:** Communism, nationalism, identity.

---

\* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail:* marisangelamartins@gmail.com

## I

O presente artigo pretende contribuir para a discussão de um dos fenômenos culturais e políticos mais polêmicos das Ciências Sociais da atualidade. As idéias de nação, nacionalismo e identidade nacional apresentam uma grande diversidade de interpretações, entre as quais tem ganhado destaque, nos últimos tempos, a abordagem cultural. Se, antes, prevalecia uma concepção de continuidade (desde sempre), os aportes da História Cultural, no campo do conhecimento histórico, possibilitaram pensar a nação e seus correlatos como construtos.

A construção de identidades nacionais, de acordo com a historiadora Anne-Marie Thiesse, foi acompanhada da formação de identidades locais, as quais não foram colocadas como secundárias, mas como subordinadas à identidade nacional. (2002, p. 18). A identificação com a nação parece, assim, estar em primeiro plano, subordinando as demais formas de identificação (regionais, classistas, etc.). Minha tarefa, nas linhas que seguem, é examinar um pouco essa questão de como a identidade nacional dialoga com outras identidades, baseando-me em um grupo social bem específico: os militantes comunistas da cidade de Porto Alegre nos três primeiros anos após o Estado Novo. Para tanto, parto das seguintes interrogações: como o “ser comunista” se relaciona com o “ser brasileiro” nessa época? Há uma sobreposição de identidades? Se há, qual vem em primeiro lugar?

Partilhando das idéias do antropólogo jamaicano Stuart Hall, que sustenta o argumento de que as identidades nacionais não nascem conosco, mas são formadas e transformadas no interior da representação (sabemos o que significa ser inglês pelo modo como a “inglesidade” veio a ser representada) (1999, p. 48-49), nortearei minha investigação, sobretudo, pelos conceitos de representação, imaginário e identidade.

Quando falo em representação, estou me referindo a um modo peculiar de relação, na qual um signo (palavra, frase, gesto, figura, etc.) – visível – coloca-se no lugar do significado – oculto, tal como entendido pelo historiador francês Roger Chartier (2002). Para Hall, a representação, através da linguagem, é central para o processo pelo qual o significado é produzido em uma cultura (1997, p. 1). Pretendo descobrir que significados o “ser brasileiro” e o “ser comunista” tinham para aqueles que militavam pelo comunismo na capital sul-rio-grandense no imediato pós-Estado Novo, através do que manifestavam a esse respeito em jornais, discursos e obras literárias.

Já o conceito de imaginário é abordado, aqui, como um sistema de representações construídas coletivamente – apoiadas no já existente, ou seja, em uma ordem simbólica constituída e sancionada pela coletividade anteriormente – capazes de conferir sentido às múltiplas facetas da realidade, de dar condições para que os indivíduos identifiquem-se não somente a si próprios, mas também aos outros, de tornar possível que esses mesmos indivíduos expressem seus valores e crenças, definam seus papéis e posições no meio em que vivem e reajam frente a conflitos. Ele é um conceito capaz de apreender, dependendo do problema de pesquisa, as representações que um dado grupo social partilha entre si e com seus diferentes, podendo atravessar obliquamente uma sociedade, mas não tendo o compromisso de ser universal, pois diferentes são as representações que os indivíduos podem elaborar, e múltiplas podem ser as combinações de representações dentro de uma mesma sociedade.

A construção de identidades é um processo coletivo de atribuição de sentido, no qual os indivíduos representam a si e aos seus diferentes. Observa-se, aqui, o aspecto relacional desse fenômeno, bem explicitado por Pierre Bourdieu. Conforme esse autor, a construção da identidade de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos é um processo relacional, isto é, acontece mediante a sua auto-afirmação e, ao mesmo tempo, a sua oposição em relação aos “outros”. O indivíduo se auto-afirma enquanto tal, mas, simultaneamente, depende do reconhecimento do grupo para o qual ele se dirige. Ainda, nas palavras do sociólogo francês, o “ser social” de um grupo “é tudo que define a idéia que eles têm deles próprios, todo o impensado pelo qual eles se constituem como ‘nós’ por oposição a ‘eles’, aos ‘outros’ e ao qual estão ligados por uma adesão, quase corporal”. (1989, p. 124, n. 20). A construção da maneira de ser de um grupo é um fenômeno dinâmico, com características que permanecem imutáveis enquanto outras se modificam.

Busco, na interpretação das fontes, captar as representações, traduzidas pela linguagem, que os comunistas elaboraram de si próprios, enquanto comunistas e brasileiros, levando em conta sua tomada de distância em relação a determinados “outros” e refletindo acerca da possível valorização de uma dessas identidades. Os veículos de acesso ao imaginário dos militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) são os periódicos *Correio do Povo*, *Libertação* e *Tribuna Gaúcha*, além dos *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*, de um relatório de reunião, documentos oficiais publicados e obras literárias. São fontes que permitem vislumbrar as atividades levadas a efeito pelos

seguidores do comunismo, tanto quanto suas opiniões acerca da situação político-econômica nacional e internacional, seus sentimentos e emoções.

## II

No editorial da revista *Libertação*, datado de setembro de 1945, os comunistas que militaram em Porto Alegre associaram as “forças construtoras da nacionalidade brasileira” aos democratas, progressistas e antifascistas, em oposição aos reacionários – ligados ao latifúndio, ao capital estrangeiro e aos remanescentes do integralismo. (LIBERTAÇÃO, 01.09.1945, p. 1).<sup>1</sup> Existiam dois campos opostos, e os comunistas, não há dúvidas, colocavam-se entre os primeiros.

A defesa e a busca da democracia já eram constantes desde o final da década de 1930 no movimento comunista, que adotara a tática da “União Nacional”.<sup>2</sup> A partir de 1940, diante do perigo do expansionismo do Eixo e das ameaças de agressão à soberania nacional por parte do nazifascismo, foi-se criando um tipo de “nacionalismo antifascista”. (PRESTES, 2001, p. 61). Era o advento de um sentimento nacionalista cada vez mais declarado e que, ao adquirir tons antifascistas e antinazistas, determinou as posições assumidas pelo PCB; um sentimento que se intensificou, em 1942, com a indignação causada pelo torpedeamento de navios brasileiros pela Alemanha. (PRESTES, 2001, p. 68-69). O imaginário dos militantes comunistas nos três primeiros anos da Quarta República, assim como suas representações de si, construiu-se apoiados nesse já existente, nesse já vivido. Expressões como “nossa Pátria”, “nosso povo” e “nossa terra”, misturavam-se com outras como “nós os comunistas”.

Ser brasileiro, assim como ser comunista, é uma questão cultural. Mesmo no primeiro caso – que não é um atributo inerente à Humanidade embora seja considerado como tal – é a cultura nacional em que nascemos a principal fonte de identidade cultural. (HALL, 1999, p. 47). Ela cria padrões de alfabetização, uma língua como meio dominante de comunicação, uma cultura homogênea e instituições culturais (HALL, 1999, p. 49), e o indivíduo nasce e cresce dentro desse complexo, constituindo sua identidade, mergulhado nesse conjunto de representações. Na grande maioria das vezes, não é possível escolher nossa nacionalidade. Pertencer ou não a um partido político, acreditar ou não em uma doutrina, pelo contrário, é uma questão de escolha, de vontade de aderir e de manter-se leal.

Os militantes mostravam-se leais à nação brasileira, mas o que eles entendiam por ela, por nacionalidade, por traição à Pátria, etc., estava estreitamente ligado aos princípios do comunismo. Sua forma de ver o que é ser brasileiro, ou patriota, acontecia através da imposição de uma “grade” de conceitos tipicamente marxista-leninistas. Parece pouco provável que os discursos que compunham a cultura nacional da época influenciassem e organizassem suas ações e a concepção que tinham de si mesmos com mais eficácia que o discurso comunista.

Em abril de 1945, quando o regime comandado por Getúlio Vargas vivia seus derradeiros momentos, o químico, professor e dirigente comunista, Otto Alcides Ohlweiller afirmou ter sido o Estado Novo “um ultraje à nacionalidade que devemos apagar instaurando uma democracia verdadeira e vigorosa”, que a referida ditadura “nunca correspondeu à realidade política e econômica do país. Manteve-se sempre à custa de manobras escusas que se fizeram acima dos interesses nacionais e das caras aspirações populares”. (LIBERTAÇÃO, 14.04.1945, p. 18). É uma crítica ao regime varguista apoiada em uma, dentre tantas, característica peculiar dos militantes comunistas: o despreendimento. Para eles, os interesses de uma pessoa ou de um grupo não poderiam estar acima dos interesses da coletividade, do povo. O Estado Novo, assim, teria sido um insulto, uma ofensa à nacionalidade brasileira por não ter levado em conta os interesses do povo brasileiro.

Essa forma de ser brasileiro e ver o que é típico da nacionalidade brasileira entre os comunistas não descartava ritos cívicos bem tradicionais, como a execução do Hino Nacional, por exemplo. Em reunião do secretariado do Comitê Municipal, realizada em 27 de julho de 1945, depois de dar a sessão como aberta e convidar os secretários para dirigirem os trabalhos, foi cantado o Hino, seguido de discursos dos secretários e da leitura dos princípios do Partido. No final da reunião, a música solene voltou a ser cantada, conforme consta no *Relatório* de reunião dos secretários do Comitê Municipal do Partido Comunista do Brasil em Porto Alegre, datado de 4 de agosto de 1945. Os militantes demonstravam fidelidade à Nação, mas também à causa comunista. A leitura dos princípios do Partido era uma forma de atualizar os motivos pelos quais os secretários estavam reunidos naquele momento, reafirmando sua identidade de seguidores do PCB.

A homenagem dirigida a um pracinha pelo Comitê Popular da Glória, do qual muitos comunistas faziam parte, igualmente foi iniciada com o canto do Hino Nacional, sendo relatada na revista *Libertação*,

como um “ato cívico” (13.10.1945, p. 3). O apoio à Frente Expedicionária Brasileira (FEB) e a valorização dos ex-combatentes pelo PC também eram uma forma de reverenciar os mais novos “heróis” nacionais. O comício realizado em janeiro de 1946, por ocasião das eleições de dezembro, terminou com o Hino Nacional e os participantes dando vivas ao PCB, a Prestes e a Abílio Fernandes (eleitos senador e deputado federal, respectivamente) (LIBERTAÇÃO, 09.01.1946, p. 2).

Semelhante deferência em relação ao cântico de veneração à Pátria ocorreu com a instalação da Conferência Estadual do PCB em maio de 1947. Na ocasião, a ordem do dia foi a seguinte: 1º – Hino Nacional; 2º – Discurso de abertura pelo ferroviário Teodoro Santos; 3º – Homenagem a Mário Couto e Karl Marx pelo deputado estadual Dyonélio Machado; 4º – Leitura de sete mensagens; 5º – Discurso de encerramento pelo deputado federal Maurício Gabrois. (CORREIO DO POVO, 04.04.1947, p. 15). O Hino, que seria uma demonstração de respeito à Nação, misturou-se com a homenagem a Mário Couto e Marx, duas personalidades completamente ligadas à causa comunista e que, ao serem reverenciadas, serviam de exemplo: o primeiro, dedicado militante assassinado pela polícia em Porto Alegre no ano de 1935 (para alguns comunistas, a mando de Flores da Cunha); o segundo, o próprio fundador do comunismo.

Não parece possível, ao menos por enquanto, sabermos como os comunistas interpretavam a canção, que sentimentos e emoções ela lhes suscitava e a que atitudes os encorajava. Não há documentos disponíveis por meio dos quais possamos chegar a esse dado. O fato, porém, de ela ter um lugar entre as atividades partidárias já nos sugere uma certa consciência de compromisso com a nação, embora sempre acompanhada de atos de consideração mais significativos para com personalidades e acontecimentos relacionados ao comunismo. Os comunistas eram brasileiros à sua maneira, tinham um estilo próprio de imaginar a nação e a identidade nacional que não era nem verdadeiro, nem falso.

No início do mês de setembro de 1945, as páginas da revista *Libertação* divulgaram que, no dia 7, seria realizada uma sessão solene para comemorar a “magna data da nossa independência pátria” (01.09.1945, p. 6). Eis outro rito, dessa vez, de louvor à conquista da autodeterminação do Brasil. Esse aspecto nos remete ao fato de a Nação e a nacionalidade brasileiras serem pensadas pelos comunistas em termos econômicos e políticos, e não tão relacionadas ao étnico, por exemplo. Os objetivos da Nação estavam associados aos objetivos do PCB. O que

os dirigentes comunistas diziam ser o melhor para o Brasil costumava ser visto como a única saída, e os que discordassem disso eram os traidores, antipatriotas, fascistas, reacionários. Tratava-se de uma maneira de colocar a questão muito próxima do que Eric Hobsbawm afirmou ser a essência do nacionalismo de direita do final do século XIX e início do XX: a reivindicação do monopólio do patriotismo para a extrema direita e a estigmatização dos demais como traidores. (1988, p. 204).

Um contorno do legado de Marx e Engels parece se delinear no discurso comunista da época em Porto Alegre: o de que “o nacionalismo só pode ser apoiado pelos socialistas quando apressa a derrubada do feudalismo [...]”. (SMITH apud BALAKRISHNAN, 2000, p. 91). Otto Alcides Ohlweiller assim preconizava a expansão das forças produtivas no país:

A industrialização, a introdução de métodos modernos e de mais alto rendimento na agricultura, em suma a expansão do capitalismo, em nossa pátria, significará o rompimento dos laços feudais, reinantes no campo, onde se concentram 70% da população brasileira. (LIBERTAÇÃO, 14.04.1945, p. 19).

O objetivo era o progresso, e o nacionalismo comunista, nesse contexto, aparecia preenchendo duas funções: a de mobilização e a de legitimidade. De acordo com o historiador John Breuilly, a primeira diria respeito “ao uso das idéias nacionalistas para gerar apoio para o movimento político, por parte de grandes grupos até então excluídos do processo político”. (Apud BALAKRISHNAN, 2000, p. 176). A segunda é definida por esse mesmo autor como “o uso de idéias nacionalistas para justificar as metas do movimento político, tanto em relação ao Estado a que ele se opõe quanto em relação a poderosos agentes externos, como Estados estrangeiros e suas correntes de opinião pública”. (p. 176).

Distinto do que ocorreu na Europa do final do século XIX, quando, segundo Hobsbawm, apelava-se para o patriotismo como forma de compensar a inferioridade social (1988, p. 228), entre os comunistas que militavam em Porto Alegre logo depois do Estado Novo, o patriotismo servia para mobilizar as massas em torno da elevação do nível econômico, do padrão de vida e da autodeterminação do País. Ora, depois de 23 anos na clandestinidade, de um levante malsucedido em 1935, perseguições e prisões ao longo da ditadura de Vargas, o Partido Comunista desfrutava da legalidade, na qual chegava, em 1945, depositando todas as suas expectativas.

Segundo os comunistas, a maneira mais apropriada para alcançar a emancipação político-econômica e para superar os problemas sociais era a União Nacional. Tratava-se de tarefa urgente no momento de dirigir a Pátria para o caminho do progresso, e, para tanto, tornava-se necessária, nas palavras de Luiz Carlos Prestes, a união “mais firme e leal de todo o nosso povo, dos patriotas, democratas e progresistas de todas as classes”. (CARONE, 1982, p. 33). Durante a Segunda Guerra Mundial, a referida tática visava a aliança entre o povo (proletariado, camponeses e burguesia nacional) e o governo para a independência econômica do País, pela democracia e pelo progresso, contra o fascismo, o imperialismo e a guerra. Em 1941, chegava-se a falar em o povo ao lado do governo para ajudá-lo na obra de nacionalização, uma agregação de todos os segmentos da sociedade brasileira em defesa da Pátria e em combate ao “inimigo comum da humanidade, o nazi-fascismo”. (PRESTES, 2001, p. 66). Mesmo terminada a guerra, a luta pela unidade deveria continuar, apoiada em instrumentos que, com a abertura, voltavam ao cenário político: a Sociedade dos Amigos da América (SAA), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Movimento Unitário dos Trabalhadores (MUT), para citar alguns. (PRESTES, 2001, p. 82).<sup>3</sup>

Podemos dizer que a União Nacional constituía-se num conjunto de idéias nacionalistas – pois preconizava a aliança de todos os segmentos da sociedade em prol da resolução dos problemas do País e contra determinados inimigos, caracterizados como “fascistas” – cuja finalidade seria conquistar apoio para a causa comunista. Os militantes do PCB apelavam para tais idéias, a fim de fazer valer sua interpretação da situação político-econômica do País (atraso econômico e social), e com base nessas mesmas idéias eles procuravam legitimar suas metas e sua posição em relação a agentes externos, principalmente, no que diz respeito ao imperialismo.

Presente em quase todos os discursos, mas, sobretudo, no ano de 1947, o imperialismo aparecia como o estrangeiro que ameaçava a nação. Nesse caso, o nacionalismo dos militantes comunistas se apresentava como um sentimento de cólera causado pela violação do princípio político que defende a correspondência entre a unidade nacional e a unidade política. (GELLNER, 1993, p. 11). Isso nos remete para a interferência do estrangeiro nos negócios e problemas nacionais como uma violação da sua integridade.

No dia 12 de março de 1947, por exemplo, o jornal *Tribuna Gaúcha* – segundo os comunistas, “Imprensa para defender os mais sagrados interesses da Pátria” (LIBERTAÇÃO, 09.01.1946, p. 1) – publicou uma reportagem com o seguinte título: “União de todos os patriotas e democratas contra as TENTATIVAS de RETORNO à DITADURA”. Nesta, os comunistas chamavam seus leitores para a defesa da Nação brasileira contra o Plano Truman, o qual visava à hegemonia norte-americana em todo o continente, uma ameaça que se dirigiria especialmente ao Brasil: “O que quer o imperialismo é dominar o Brasil para dominar a América do Sul”. (TRIBUNA GAÚCHA, 12.03.47, p. 5). Para eles, nenhum acordo com o imperialismo ianque seria bom à Nação, nem poderia haver defesa nacional, caso se entregasse a tutela do Brasil a uma nação estrangeira e se submetesse seu controle a ela.

Em maio de 1947, os comunistas atribuíram o ataque às organizações trabalhistas e o cancelamento do registro do Partido às “manobras do imperialismo ianque”, o qual objetivava “sufocar as liberdades públicas” (direito à livre-associação e organização e à manifestação do pensamento), “esmagando o povo” e o dominando mais facilmente. (TRIBUNA GAÚCHA, 15.05.1947, p. 1). Diziam também que

O chefe do governo [Eurico Gaspar Dutra] traiu sua promessa ao povo depois das eleições, afirmando que seria “presidente de todos os brasileiros” para se deixar manobrar pelo grupo fascista que entrega o Brasil ao imperialismo ianque. (p. 1).

É possível notar que esse discurso ecoava em outras partes do País, como bem nos demonstra o pronunciamento do deputado e membro da Comissão Executiva do PCB Maurício Gabrois na Câmara Federal. Dirigindo-se a “Concidadãos” e “Camaradas” – a brasileiros e comunistas, como ele – Gabrois acusa Dutra e seus companheiros de fascistas e traidores em longo discurso, do qual extrai uma parte:

Impotentes diante da gravidade da situação nacional, incapazes de qualquer medida honesta a favor do povo e em defesa da economia nacional, não coram de tudo ceder aos banqueiros estrangeiros, permitindo-lhes mesmo que arruinem a indústria nacional e reduzam o Brasil a território dominado e nosso povo à mais brutal exploração colonial. São esses senhores que se voltam para Truman,

como última esperança e pensam conseguir suas graças, o apoio imperialismo [sic], vendendo-lhe a Pátria, entregando nossa terra à exploração dos banqueiros norte-americanos e prometendo a vida e o sangue de nosso povo para as aventuras guerreiras do imperialismo. É por isso que começam por fechar o nosso Partido, na tola ilusão de que conseguirão assim silenciar nossa voz e paralisar nossa luta em defesa da integridade da Pátria, em defesa da democracia e da Constituição, contra a miséria crescente em que se encontra o nosso povo, contra os exploradores do câmbio negro, pelo progresso do Brasil, a paz e a felicidade da Nação. (CORREIO DO POVO, 18.05.1947, p. 5).

Gabrois denunciava a incapacidade dos que estavam no governo de tomar medidas em favor da economia e da indústria nacionais, cedendo vergonhosamente o Brasil aos banqueiros estrangeiros e colocando o rumo do País sob seu domínio. Essa atitude, além de vergonhosa, reduzia o Brasil a território dominado, ou seja, diminuía sua autonomia, humilhava-o, inferiorizava-o. No parlamento gaúcho – o deputado, médico e escritor – Dyonélio Machado, baseando-se na história do imperialismo no Brasil, afirmou que a política brasileira de então estava sendo norteadada de fora do País e obedecendo, nos mínimos detalhes, à política do Departamento de Estado dos Estados Unidos. O imperialismo norte-americano estaria atentando contra a democracia no Brasil, por esta criar um clima infenso aos seus objetivos de dominação e submissão do continente americano. (ANAIS da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, v. 4, 27.05.1947, p. 513).

O amor e o respeito que devotavam ao País, apresentava-se estreitamente ligado às suas concepções da organização ideal da sociedade brasileira. As condições do Brasil, naquele momento, apontavam para a superação dos resquícios considerados feudais na economia (latifúndio, indústria precária) – causa maior da miséria e da carestia de vida, do atraso – unidos em torno da democracia e da constituição, passando para o capitalismo, a fim de, em seguida, avançar em direção ao fim último: o socialismo. E os filhos da Pátria não poderiam se furtar a essa luta.

Era uma visão sustentada por uma interpretação materialista da realidade, baseada na tradição evolucionista e racionalista surgida no século XIX. De acordo com o historiador Jorge Ferreira, que estudou o imaginário comunista no Brasil entre 1930 e 1956, a inevitabilidade da revolução era uma verdade apocalíptica, pois havia sido revelada pelo

“Manifesto” (prevista por Marx). (2002, p. 50). O personagem principal desse processo seria o proletariado, revolucionário porque escrito, dito, revelado no texto fundador. Sendo assim, existia uma concepção messiânica dos revolucionários. O proletariado como redentor da humanidade, que sofreria e morreria por todos. (p. 34). Este – que, às vezes, se confunde com o povo – conduziria os homens para um período em que não haveria classes sociais, em que existiria abundância material e fraterna para todos: a “Idade do Ouro”. (p. 35).

Ora, se o povo – o proletariado – tinha esse papel tão importante, era ao lado dele que os comunistas estavam. Se o caminho para a “Idade do Ouro” era a crescente emancipação econômica, os militantes do PCB defenderiam a economia nacional. A autodeterminação do País só poderia ser satisfeita com a plena independência do Estado. A brasilidade dos militantes comunistas de Porto Alegre, entre 1945-1947 – isto é, as características próprias do brasileiro – expressava-se dessa forma: defendendo os elementos que levariam o Brasil à “salvação”, e quem se contrapunha a isso era antipatriota, como o caso do presidente Dutra, acusado de não estar do lado dos brasileiros ao ceder às manobras do imperialismo, vendendo a Pátria (transformando-a em uma mercadoria), submetendo um país soberano à vontade de estrangeiros, ficando ao lado dos banqueiros internacionais que arruinavam a indústria nacional (fundamental para a autonomia econômica do País).

No poema *Voltaremos*, datado de 1947, ano do cancelamento do registro do PCB e da cassação do mandato de seus parlamentares, o jornalista, escritor e militante comunista Fernando Melo garantiu que os comunistas retornariam ao centro da cena política em tom extremamente nacionalista:

[...]  
Nós afirmamos  
- como sentença gravada em bronze:  
- Voltaremos!

Há de ser nosso  
- o nosso petróleo!  
Hão de ser nossas  
- as nossas minas!  
Nossas serão  
- as nossas terras!  
Teremos nossas máquinas,

nossos tratores,  
fecundaremos  
- os nossos campos!

É para isso que aqui estamos!

Sim, camaradas,  
nós voltaremos!  
O nosso Partido  
é indestrutível,  
porque indestrutível  
é a classe operária.

Amanhã, camaradas,  
sobre o cadáver do fascismo,  
sobre a carcaça inútil da ditadura,  
florescerá o nosso Brasil!  
(MELO, 1953, p. 59).

Mesmo em meio às proibições impostas às atividades comunistas, Melo afirmava confiante que ele e seus “camaradas” retornariam, retomando os setores da economia fundamentais para o desenvolvimento do País (petróleo, minas, campo). Assim, e com o fim do fascismo e da ditadura, dizia o autor que, futuramente, floresceria o “nosso Brasil”, o Brasil imaginado pelos comunistas.

Toda essa disposição para lutar pelo seu Brasil tinha, para aqueles que militavam no PCB, raízes muito antigas na história do País. Ao se aproximar o 100º aniversário do poeta Castro Alves, eles dedicaram uma reportagem para o escritor, ressaltando que sua obra

ainda em nossos dias representa todos os anseios libertários de nosso povo, agora em luta contra a opressão do imperialismo ianque e dos agentes de Wall Street, os quais a todo o custo, querem fazer o nosso povo regredir aos tempos da ditadura getuliona, para mais à vontade continuarem na exploração do nosso povo. (TRIBUNA GAÚCHA, 11.03.1947, p. 8).

No exemplar do dia seguinte, Castro Alves (“o poeta mais popular”, “homem de luta”) foi apresentado como “um cantor de nosso povo, da libertação dos escravos e da Independência da Pátria”, e o PCB, afirmava-se na manchete, provava mais uma vez, defendendo o Brasil do

imperialismo, ser o “herdeiro e continuador da obra dos nossos grandes antepassados”. (TRIBUNA GAÚCHA, 12.03.1947, p. 3). Dessa forma, os comunistas buscavam uma tradição para sua maneira de ser brasileiro.

Antônio Pinheiro Machado Neto, jornalista e deputado estadual em 1947, ao homenagear o poeta em sessão da Assembléia Legislativa do dia 14 de março, mencionou o seguinte:

Recolhemos para a história do nosso Partido aqueles feitos grandiosos da nossa história, tudo aquilo que lembra a história da libertação na nossa Pátria, porque entendemos que isto é ser patriota, é aproveitar o que de maior existe em cada feito, na atitude de cada homem, e transformar todos estes feitos e todas estas atitudes num exemplo e num sentimento para o estabelecimento de normas futuras (ANAIS da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, v. 1, 14.03.1947, p. 89).

Sim, os comunistas buscavam uma tradição para seu jeito de ser patriota e pareciam ser conscientes disso. Nesse sentido, ocorria o que Michel Pollak, baseado nas reflexões de Henri Rousso, chamaria de “trabalho de enquadramento de memória”: partindo de certas exigências de justificação que devem ser satisfeitas, a memória se alimenta do material fornecido pela história, interpretando o passado em função dessas demandas do presente (e do futuro). (POLLAK, 1989, p. 9-10).

Segundo Hobsbawm, toda a tradição inventada utiliza a história como legitimadora. (HOBSBAWM; RANGER, 1984, p. 21). Sua visão sobre tradições inventadas parte de uma interpretação materialista da história, e, de acordo com isso, elas se caracterizam por estabelecer uma relação bastante artificial com o passado. (p. 10). Mas artificial em que sentido? No de criar algo que não existe? Parece que sim, pois o historiador egípcio distingue tradições inventadas e tradições genuínas. Ora, as tradições “genuínas” não seriam elas também inventadas? O que diferenciaria uma e outra seria o tom maniqueísta e manipulador da primeira?

Todas as tradições, de uma forma ou de outra, são inventadas no sentido de surgirem e serem constantemente recriadas no âmbito das representações. As pessoas e os fatos passados são recapitulados continuamente, ganhando novos significados e se adaptando ao clima das diferentes épocas. A tradição que os comunistas inventavam, quando comparavam a luta do povo brasileiro (que é a sua luta) com a de Castro Alves, adaptava-se perfeitamente ao momento histórico. Ela contribuía

para legitimizar a luta contra o imperialismo, na medida em que demonstrava que desde sempre fora assim, que Castro Alves – no século XIX – lutara pela abolição da escravatura e tivera êxito, assim como – entre 1945 e 1947 – parecia justa a luta contra o capital estrangeiro. Certamente, o povo, com os comunistas à sua frente, a venceria. Os filhos da Pátria não fugiriam à luta.

Os comunistas tentavam construir a continuidade de uma “imagem de si, para si e para os outros”. (POLLAK, 1992, p. 204). De acordo com Pollak, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade”, pois que é um fator do sentimento de “continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. (p. 204). Nesse caso, acontecia um gerenciamento da memória como uma maneira de gerir a própria identidade de comunistas e brasileiros. A construção dessa imagem de si acontecia na medida em que o passado era feito presente, recordado e submetido à reflexão e ao julgamento, e, nesse processo, o que estava relacionado à Nação brasileira e à forma de se perceber enquanto brasileiro servia como parâmetro para a autoafirmação de legítimos defensores da pátria, imagem através da qual os comunistas se viam e desejavam ser percebidos.

### III

O nacionalismo daqueles que militavam no PCB em Porto Alegre, na metade da década de 40, confundia-se com o comunismo. Se ser patriota era pensar o melhor para o País, esse melhor, para eles, era a extinção das classes sociais e suas contradições, a fartura material distribuída igualmente para todos, e por isso eles lutavam, obedecendo às condições que o momento histórico lhes impunha. Nos três primeiros anos após o Estado Novo, com base na tática da União Nacional, os adeptos do Partido Comunista propunham aniquilar os restos feudais da organização econômico-social brasileira para mais rápido chegar ao capitalismo, etapa sem a qual tornava-se difícil pensar a revolução. Eles não chegaram a afirmar, nas fontes examinadas, serem mais comunistas que brasileiros, ou o inverso, nem deixaram algo semelhante subentendido.

Sua maneira de ver a Nação e as coisas a ela ligadas estava completamente submetida à interpretação materialista e racionalista que faziam da realidade, colocando as relações sociais no centro do sistema teórico, e não o homem. Por isso podemos entender o diálogo entre as

duas identidades dos militantes do PCB, consideradas para este trabalho, como realizado através de uma concepção mais social, aproximando-se do que Stuart Hall denomina “sujeito sociológico” (1999, p. 11), isto é, um processo de identificação mais coletivo, em que o eu (daquele que aderira ao comunismo) se formava e se modificava num diálogo contínuo com a sociedade (a cidade de Porto Alegre, o Brasil) e as identidades que ela oferecia (ser proletário, ser burguês; ser democrata, ser fascista; ser progressista, ser reacionário, etc.).

A análise da relação entre “ser comunista” e “ser brasileiro” através dos militantes do PCB entre 1945 e 1947 mostra o quanto é complexa a questão da identidade nacional, o quanto pode ser heterogênea a forma de identificação de um grupo com o seu país. Brasileiros representam sua brasilidade – as características próprias de pertencer à nacionalidade brasileira – de modos distintos, e nenhum pode ser considerado mais ou menos brasileiro por isso.

## Notas

---

<sup>1</sup> A revista *Libertação* foi editada pelo Comitê Municipal de Porto Alegre e circulou durante todo o ano de 1945 e início de 1946, difundindo, sobretudo, artigos de opinião.

<sup>2</sup> Anita Prestes alerta que a decisão pela União Nacional, inclusive apoiando Vargas, não foi unânime entre os comunistas. Essa posição, que foi a vencedora, partiu do

Secretariado Nacional do PCB, liderado, na época, por Lauro Reginaldo da Rocha, conhecido também como Bangu. (PRESTES, 2001).

<sup>3</sup> Para maiores detalhes sobre a “virada tática” do PCB e os conflitos dela decorridos no interior do Partido, veja-se: KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec; Unesp, 2003.

## Referências

---

- BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CARONE, Edgar. *O PCB (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. da Universidade; UFRGS, 2002.
- FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: Ed. da UFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- HALL, Stuart (Org.). *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Sage, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- MELO, Fernando. *Deixemos as rosas para amanhã*. Porto Alegre: Cadernos de Horizonte, 1953.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989.
- POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 5, n. 10, 1992.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 5, p. 7-24, 2001-2002.

Artigo recebido em setembro de 2006. Aprovado em novembro de 2006.